

# BOAS PRÁTICAS



## O assédio e a violência sexual em pesquisas de campo

Relatórios mostram que ataques a mulheres ainda são um problema grave em estações científicas da Antártida, enquanto workshops propõem melhorar planejamento de viagens para prevenir agressões

**A**ssédio e agressão sexual são ameaças crônicas e persistentes para mulheres que trabalham em estações de pesquisa na Antártida, de acordo com dois relatórios divulgados nos Estados Unidos e na Austrália. No final de agosto, a National Science Foundation (NSF), principal agência norte-americana de financiamento à ciência básica, anunciou os resultados de um estudo baseado em entrevistas e discussões com grupos focais, e também em perguntas respondidas on-line em 2021 por cientistas e pessoal de apoio que atuaram em bases de pesquisa do país no continente gelado de 2018 a 2020. Nessa enquete, 72% das mulheres mencionaram o assédio sexual como um problema em sua comunidade, ante 48% dos homens. Para agressões sexuais, os índices foram de 47% para o público feminino e de 33% para o masculino. O documento mostra trechos de declarações coletadas dos entrevistados, sem revelar seus nomes. “Toda mulher que eu conhecia lá teve uma experiência de agressão ou assédio”, afirmou um deles.

Desde 2013, vigora um código de conduta nas estações norte-americanas que proíbe expressamente abusos físicos e verbais, importunações, trotes ou intimidações. Mas há uma percepção de que as normas nem sempre são aplicadas: apenas 26% das mulheres

e 46% dos homens afirmaram que os infratores são responsabilizados. A base de McMurdo, que chega a receber mil pessoas no verão, concentrou a maioria das reclamações. “O relatório é mais chocante do que eu esperava”, disse à revista *Science* Helen Fricke, do Instituto de Oceanografia Scripps, vinculado à Universidade da Califórnia em San Diego, que já foi várias vezes à região. “Algumas pessoas falavam literalmente sobre serem estupradas.” Também à *Science*, Roberta Marinelli, chefe do Escritório de Programas Polares da NSF, disse que os resultados surpreenderam a agência: “Ainda estamos trabalhando para tentar entender como chegamos a esse ponto e como avançaremos”.

Em outubro, um outro levantamento, esse encomendado pela Divisão Antártica da Austrália, chegou a conclusões convergentes. Produzido pela socióloga Meredith Nash, da Universidade Nacional Australiana, o documento de 32 páginas reúne relatos de importunação sexual, contatos físicos indesejados, exibição de material ofensivo ou pornográfico, piadas sexistas, entre outros, nas quatro estações de pesquisa do país. Além disso, destaca percalços quando as mulheres ficam menstruadas, como falta de privacidade e distribuição escassa de absorventes. Em um comunicado, o secretário do Departamento de Mudanças Climáticas, Energia, Meio Ambiente e Água da Austrália, David Fredericks, considerou o conteúdo do relatório “decepcionante e inaceitável” e informou que algumas recomendações de Nash já começaram a ser implementadas, como a ampliação da presença feminina nas estações.

As denúncias na Antártida seguem um padrão comum ao de episódios de importunação e de violência sexual ocorridos em expedições científicas a lugares remotos, onde pesquisadores e estudantes convivem 24 horas por dia e as fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal muitas vezes se dissipam. Em 2016, o paleoantropólogo norte-americano Brian Richmond renunciou ao cargo de curador da seção de Origens Humanas do Museu Americano de História Natural, em Nova York. Ele foi acusado de atacar uma aluna em um hotel em Florença e sofreu denúncias de comportamento inapropriado em trabalhos de campo no Quênia (ver Pesquisa FAPESP nº 251). Em 2021, uma reportagem do site BuzzFeed trouxe o depoimento de 16 mulheres que trabalharam no Instituto de Pesquisa Tropical Smithsonian, na Ilha Barro Colorado, no Panamá, um laboratório no meio da selva onde mais de mil pessoas fazem estudos sobre mudanças climáticas, biodiversidade e evolução. Elas relataram investidas sexuais de pesquisadores em posições de chefia. As denúncias de importunação envolveram nomes como o biólogo evolutivo Egbert Leigh e o ecólogo Edward Herre. Benjamin Turner, ex-líder do laboratório de geoquímica do instituto, foi acusado de estupro em 2011 por Sarah Batterman, hoje na Universidade de Leeds, na Inglaterra. Turner disse ao BuzzFeed que as relações que teve com colegas foram consensuais.

O combate ao assédio e à violência sexual resultou na definição de normas mais restritas de comportamento em expedições a lugares remotos e na criação de canais de denúncia de casos de má conduta. Mas há suspeitas de que muitos episódios nem sequer sejam denunciados. Um estudo publicado em 2014 na revista *PLOS ONE* por Kathryn Clancy, antropóloga da Universidade de Illinois Urbana-Champaign, nos Estados Unidos, entrevistou on-line 666 estudantes e pesquisadores, na maioria mulheres, que participaram de pesquisas de campo de diversas áreas. Quase metade da amostra era de antropólogos, mas havia arqueólogos, biólogos, geólogos, entre outros. Das 512 mulheres que responderam a uma pergunta sobre ocorrência de assédio sexual, 70,5% responderam positivamente para esse tipo de experiência. Mas apenas 67 entrevistadas declararam ter reportado a importunação.

**N**ovas abordagens para enfrentar o problema baseiam-se em reforçar o planejamento de expedições, de modo a prevenir situações vulneráveis, e em fornecer treinamento para lidar com possíveis casos. “As pessoas não têm ideia do que fazer”, disse à revista *Undark* a ecóloga marinha Melissa Cronin, diretora do grupo “Construindo um futuro melhor para o trabalho de campo”, que organiza workshops e oferece capacitação nessa área. “O objetivo do treinamento é auxiliar os participantes a estabelecer climas positivos nos ambientes de pesquisa de campo.” Desde 2018, o grupo já realizou mais de 300 treinamentos com cerca de 5 mil pessoas. Os workshops têm 90 minutos de duração e ressaltam a importância da organização das viagens e da discussão prévia de normas de convivência. O conteúdo aborda desde questões logísticas, como fazer arranjos para distribuição das pessoas em dormitórios ou tendas a fim de evitar situações suscetíveis à noite, até a criação de protocolos de comunicação para garantir que os membros monitorem a segurança uns dos outros ou peçam ajuda se precisarem. Outras recomendações incluem a adoção de regras de respeito à privacidade e relativas ao uso de álcool e drogas.

O workshop apresenta um cardápio de situações capazes de favorecer o assédio ou a agressão sexual, que suscitam discussões sobre como evitá-las ou reagir a elas. Em um dos casos concretos, os estudantes são convidados a refletir sobre o que fazer caso alguém beba demais em uma festa em um navio de pesquisa, perca a consciência e vá ser assistido privadamente por uma pessoa com quem não tem relação de amizade ou familiaridade. Em outro caso, uma participante de uma expedição a um local remoto aparece chorando à noite, dizendo ter sido estuprada pelo chefe do grupo. Embora ressaltem a importância de estratégias de prevenção, os workshops trazem recomendações para lidar com situações críticas, como dispor de um protocolo de atendimento de emergência a vítimas de estupro e preservar evidências para uma investigação criminal. ■

Fabrcio Marques

## O fantasma da autoria honorária

O médico veterinário Nicola di Girolamo, da Universidade Cornell, nos Estados Unidos, analisou uma amostra de 82 mil artigos científicos publicados entre 2017 e 2021 e encontrou indícios de que até um terço dos 629 mil autores desses *papers* não cumpria requisitos suficientes para assiná-los e, portanto, teria recebido de forma imprópria os créditos pelos trabalhos. Os estudos avaliados foram publicados em sete periódicos da editora Public Library of Science, responsável por títulos como *PLOS ONE* e *PLOS Medicine*.

O grupo de Girolamo analisou as declarações que o autor principal de um artigo é obrigado a fornecer aos periódicos descrevendo o tipo de participação que cada um dos coautores teve na produção do manuscrito. Em seguida, um programa de computador aferiu se as contribuições informadas eram reconhecidas como válidas por duas dire-

trizes adotadas por editores de revistas científicas. Uma delas, mais restritiva, foi desenvolvida pelo Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (ICMJE) e sustenta que só deve assinar um trabalho quem participou diretamente de sua elaboração ou revisão. Já a outra, mais flexível, foi proposta no periódico *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)* por um grupo de editores de revistas conceituadas e diz que a participação na escrita ou na revisão são suficientes mas não indispensáveis para definir um coautor. Ambas as metodologias consideram válidas outras contribuições, como a curadoria de dados ou a produção de software. Já quem participou da pesquisa mas não se enquadrava nesses critérios deve ser listado apenas nos agradecimentos. Segundo a análise de Girolamo, 4% dos autores não se encaixavam nos padrões da *PNAS*, enquanto 35% seriam excluídos se os

padrões da ICMJE fossem tomados como referência.

Para ele, os achados indicam que a chamada autoria honorária, atribuída a pessoas que não participaram de forma substancial da pesquisa, é mais disseminada do que se imagina. Em entrevista à revista *Science*, mencionou uma experiência pessoal que dá lastro a essa hipótese. Ao submeter para publicação um artigo resultante de um de seus primeiros projetos, foi solicitado por uma instituição envolvida na pesquisa a incluir os nomes de seus membros, embora eles não tivessem participado do estudo. Quando o trabalho foi publicado, menos da metade dos autores preenchia os requisitos do ICMJE. “Sendo um jovem pesquisador na época, fiquei desamparado naquela situação”, disse Girolamo, que apresentou seu estudo em um congresso sobre revisão por pares realizado em setembro em Chicago, nos Estados Unidos.



## Reconhecimento para pesquisadores negros

Uma conferência sobre câncer realizada em outubro no Science Museum, em Londres, buscou dar visibilidade aos pesquisadores negros no campo da oncologia e ampliar suas oportunidades de carreira. O evento Black in Cancer foi patrocinado pela Cancer Research UK (CRUK), organização filantrópica que financia e produz estudos sobre a doença no Reino Unido. Entre os temas discutidos na conferência, destacou-se a importância de tornar mais diverso e inclusivo o ambiente de pesquisa em oncologia e de recrutar pacientes que representem diferentes grupos étnicos em estudos sobre o câncer e em ensaios clínicos de remédios e novos tratamentos.

“Geralmente, sou o único negro nas salas de conferências científicas de que participo, então esse evento é um desafio à norma”, disse à revista *Times Higher Education (THE)* o oncologista de origem nigeriana Tanimola Martins, estagiário de pós-doutorado na Faculdade de Medicina da Universidade de Exeter, na Inglaterra. Ele e Sigourney Bonner, especialista em um tipo raro de tumor pediátrico e aluna de doutorado da Universidade de Cambridge, ajudaram a criar em 2020 um grupo também denominado Black in Cancer, que organizou a conferência.

A CRUK, que investe 500 milhões de libras por ano em pesquisa (o equivalente a R\$ 2,9 bilhões), lançou na conferência sua primeira bolsa de doutorado exclusiva para estudantes negros. Só 1% dos candidatos que submetem propostas de bolsas e de projetos à organização são negros. Os pedidos de financiamento são avaliados de forma anonimizada para evitar vieses, mas ainda assim as taxas de sucesso são de 13% para candidatos negros e de 24% para brancos. Iain Foulkes, diretor da CRUK, contou à *THE* que, entre pesquisadores seniores patrocinados pela agência que lideram grandes projetos, há apenas um negro. “A escassez é enorme”, afirmou.